



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Bacelar)

**Requer o envio de pedido de informações à Ministra da Cultura, sobre o projeto de restauração da Igreja da Ordem Primeira de São Francisco, localizada no Centro Histórico de Salvador/BA.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 24, inciso V, combinado com o art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, venho requerer o encaminhamento de pedido de informações à Senhora Ministra de Estado da Cultura, Sra. Margareth Menezes, acerca das medidas de coordenação, supervisão e acompanhamento do Ministério sobre o projeto de restauração da Igreja da Ordem Primeira de São Francisco, localizada no Centro Histórico de Salvador/BA.

Solicita-se, em especial, o envio das seguintes informações:

- 1 - Qual o papel do Ministério da Cultura na supervisão e acompanhamento técnico do projeto de restauração conduzido pelo IPHAN?
- 2 - Qual o montante de recursos orçamentários destinados à restauração da Igreja, indicando a ação orçamentária, a fonte de recursos e a unidade executora responsável?
- 3 - Houve liberação de recursos adicionais ou suplementação orçamentária após o início das obras? Em caso afirmativo, indicar valores, datas e justificativas.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

4 - Quais medidas de fiscalização e monitoramento estão sendo adotadas pelo Ministério da Cultura para garantir a boa execução do projeto e o cumprimento dos prazos estabelecidos?

5 - Existe previsão de apoio técnico ou cooperação institucional com outros órgãos federais ou estaduais para o acompanhamento da restauração?

### JUSTIFICATIVA

A Igreja da Ordem Primeira de São Francisco, integrante do conjunto franciscano localizado no Centro Histórico de Salvador e reconhecida como Patrimônio Mundial pela UNESCO, representa um dos mais importantes marcos do barroco brasileiro e do patrimônio artístico nacional.

Após o desabamento parcial ocorrido em fevereiro de 2025, o templo permanece interditado, tendo sido anunciadas medidas emergenciais e projetos de restauração sob a coordenação do IPHAN e do Ministério da Cultura.

Considerando a relevância cultural, histórica e turística do monumento, bem como o vulto dos recursos federais envolvidos, é dever desta Comissão acompanhar de forma rigorosa o andamento das ações, os contratos celebrados, os prazos definidos e a execução financeira das obras, a fim de assegurar transparência, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à preservação do patrimônio histórico nacional.

Conto, portanto, com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, de Outubro de 2025.

Deputado Bacelar (PV/BA)

